

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 15 DE 11 DE JUNHO DE 2013.**

***“Salienta diretrizes sobre Licença Maternidade e Institui o Programa de Prorrogação da Licença-maternidade, no âmbito do Poder Legislativo, e dá outras providências.”***

Origem: Poder Legislativo

**Art. 1º** A licença maternidade e a prorrogação da licença maternidade tratada nesta lei é aplicada sem qualquer distinção às servidoras seguradas que tiverem filhos biológicos e às servidoras seguradas que tenham adotado ou obtido guarda judicial de criança para fins de adoção, independentemente da idade da criança adotada, em respeito à Constituição Federal, artigo 227, parágrafo 6º.

**Art.2º** A licença maternidade Constitucional de 120 dias custeada pelo INSS, deve ser procedida de igual forma às servidoras seguradas que tenham adotado ou obtido guarda judicial de criança para fins de adoção, independentemente da idade da criança, conforme artigo art. 71-A da Lei nº 8.213/91 e a jurisprudência reconhecida pela própria autarquia referente a ACP nº 5019632-23.2011.404.7200, em trâmite perante a 1ª Vara Federal de Florianópolis/SC.

**Art.3º** Fica instituído o Programa de Prorrogação de Licença-Maternidade no âmbito do Poder Legislativo de Eldorado do Sul.

**Art. 4º** Será beneficiada pelo Programa de Prorrogação da Licença Maternidade a servidora pública lotada ou em exercício na Câmara de Vereadores de Eldorado do Sul.

§ 1º A prorrogação será automática, salvo renúncia por escrito por parte da servidora e terá duração de 60 (sessenta) dias, e iniciar-se-á no dia subsequente ao término da vigência da licença-maternidade.

§ 2º O benefício a que faz jus a servidora pública mencionada no caput será igualmente garantido a quem adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, independentemente da idade da criança.

§ 3º Considera-se criança a pessoa de até doze anos de idade incompletos, nos termos do art. 2º da Lei Federal no 8.069, de 13 de julho de 1990.

§ 4º A prorrogação da licença será custeada com recursos próprios da Câmara Municipal de Eldorado do Sul.

**Art. 5º** No período de prorrogação de licença-maternidade ou licença à adotante de que trata esta Lei, a servidora, não poderá exercer qualquer atividade remunerada e a criança não poderá ser mantida em creche ou organização similar.

Parágrafo único. Em caso de ocorrência de quaisquer das situações previstas no caput, a beneficiária perderá o direito à prorrogação, sem prejuízo do devido ressarcimento ao erário.

**Art. 06°** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 11 de junho de 2013.

### **Mesa Diretora**

**Rógério Goetz Munhoz**  
Presidente

**Paulo Ricardo Rocha dos Santos**  
Vice-Presidente

**Ver. João Francisco Moraes Cardoso**

1° Secretário

**Ver. João Carlos Vieira**  
2° Secretário

## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Esta lei visa instituir o Programa de Prorrogação da Licença-maternidade às servidoras da Câmara Municipal de Eldorado do Sul, concedendo mais 60 dias de licença para aquela pessoa que é encarregada dos cuidados de filho biológico ou adotado. Assim a Câmara vem demonstrar o seu interesse em atender ao Princípio da Proteção Integral das crianças.

Ainda sim, esta lei visa prevenir a possíveis injustiças iguais as já cometidas anteriormente pelo Poder Executivo, da gestão anterior, que interpretava erroneamente que por inexistência de lei municipal a servidora adotante segurada não teria direito a licença maternidade, contrariando todos os Princípios da Constituição Federal e da própria legislação previdenciária.

Cumpre ressaltar que quanto à licença à maternidade para a mãe adotante, especificamente, analisando o Regime Jurídico dos Servidores de Eldorado do Sul – Lei nº 1108, de 1999, encontramos a seguintes disposição:

**Art. 194** – O Município manterá, mediante sistema contributivo, plano de seguridade social para o servidor submetido ao regime de que trata esta lei, e para sua família.  
**Parágrafo Único**- O plano de que trata este artigo será satisfeito pelo Regime Geral da Previdência Social, a contar do dia 1º de maio de 1999, em conformidade com as novas determinações da Constituição Federal e legislação suplementar.

Portanto, por força do disposto na lei municipal, as servidoras municipais estão submetidas ao regime geral de previdência. Logo, as servidoras enquanto seguradas do INSS possuem os mesmos direitos previdenciários que as demais seguradas, embora possuam Estatuto próprio. Assim esta lei deixa claro que o Município deve conceder licença maternidade a servidora adotante, da mesma forma como é feito em relação as servidoras gestantes.

O próprio INSS já reconheceu a inconstitucionalidade da tabela de idade para a criança adotada, reconhecendo que deve ser concedido 120 dias para a criança adotada independentemente da sua idade. A Lei 12.010/2009, que estabeleceu todo o sistema atual da adoção, revogou a diferenciação de períodos de licença maternidade distinguidos pela idade da criança. E Visando sempre o Melhor Interesse da Criança, consagrado pelo ECA e o direito à convivência familiar, garantido pela Constituição, é de extrema importância esse convívio inicial integral, tanto para a criança como para o adotante e nos exatos termos do que diz a legislação.

"O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS torna público que, em cumprimento à sentença de procedência proferida na ACP nº 5019632-23.2011.404.7200, em trâmite perante a 1ª Vara Federal de Florianópolis/SC, os benefícios de salário-maternidade em manutenção ou concedidos com fundamento no art. 71-A da Lei nº 8.213/91 (casos de adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção), passarão a ser devidos pelo prazo de 120 (cento e vinte dias), independentemente da idade do adotado, desde que cumpridos os demais requisitos

legais para a percepção do benefício. Nos casos de salário-maternidade em manutenção, a prorrogação do prazo para 120 dias será efetivada de ofício pelo INSS, independentemente de requerimento administrativo da segurada."

Portanto, considerando que a licença-maternidade é decorrente de benefício previdenciário, o qual, de acordo com a legislação federal, deve ser concedido tanto à segurada mãe natural quanto à segurada mãe adotante, não se visualiza razão para o município não conceder as suas servidoras o direito de gozar do benefício previdenciário que o regime previdenciário ao qual estão subordinadas lhes garante.

O ECA afirma que "toda criança tem direito a ser criado e educado no seio da sua família". Toda criança tem, além disso, o direito de tentar ser feliz. A relação mantida nessas circunstâncias representa isso, a busca pela felicidade.

A Câmara Municipal mostrando o seu trato humanístico ainda concede a prorrogação de licença por mais 60 dias, a todas as pessoas servidoras enquadradas nas condições desta lei.

Atenciosamente,

11 de junho de 2013

**Rogério Goetz Munhoz**  
**Prefeito Municipal**